



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

Carta aberta ao Governo do Pará

Política estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar

Belém, 29 de setembro de 2022

O Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) se configura como uma alternativa para estimular a manutenção das florestas e a proteção dos povos e comunidades tradicionais que nela vivem.

Mais de 6 milhões de hectares de floresta estão sob a gestão de organizações comunitárias que representam, pelo menos, 2.500 famílias em 11 territórios que realizam a prática do manejo florestal, seja em unidades de conservação, assentamentos rurais e glebas estaduais.

No estado do Pará, um amplo processo de articulação, consultas e debates públicos, iniciado ainda em 2012, resultou na proposta de uma política estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Em sua construção, foram mobilizadas mais de mil pessoas de diversos segmentos sociais, envolvendo ONGs, Universidades, Instituições de Pesquisa e Organizações de Base e Movimentos Sociais e setores de órgãos governamentais.

O resultado deste processo foi a organização de um documento contendo a sistematização das demandas e propostas dos segmentos sociais.

Com base neste documento, em 2017, o Ministério Público do Pará, em parceria com um grupo de trabalho composto por representantes de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e instituições de ensino e pesquisa, auxiliou o Ideflor-bio na elaboração de uma minuta de decreto para a Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário, que foi disponibilizado para consulta pública na Internet e prevê a realização de Consultas Prévias Livres Informadas junto ao público da política.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

Idealizada para atender às demandas dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares que se relacionam com áreas de florestas públicas ou coletivas, **essa política tem sido adiada há 10 anos** por diferentes gestões do Governo do Pará.

Enquanto a tramitação da política estadual de MFCF continua paralisada, as taxas de desmatamento na Amazônia seguem crescentes. Segundo dados do Imazon, somente nos primeiros oito meses de 2022, a Amazônia Legal registrou a maior taxa de desmatamento em 15 anos — com o Pará figurando no topo da lista, concentrando 46% (647 km²) de todo o desmatamento na Amazônia.

No ano de 2020, o Governo Helder Barbalho instituiu a criação do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA), com a promessa de ser uma *“estratégia do Estado do Pará que visa estabelecer o modelo de desenvolvimento baseado na conservação e valorização de ativos ambientais, no aumento da eficiência das cadeias produtivas e na melhoria das condições socioambientais no campo”*.

Além de um instrumento de *“reestruturação da gestão ambiental preocupada com os efeitos da mudança do clima, com a necessidade de desenvolver a produção e o consumo sustentáveis, de implementar estratégias de fomento e promoção de atividades e cadeias econômicas sustentáveis pautadas no uso e aproveitamento dos recursos naturais, de recuperar áreas alteradas e degradadas, bem como com a participação dos povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, e em promover medidas contínuas e consistentes de diminuição do desmatamento”*.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

Em 2021, um documento publicado por representantes da sociedade civil e academia, entre eles o Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (OMFCF), **apontou contribuições e recomendações para o aperfeiçoamento do PEAA**, com a proposição de metas concretas e a instituição de instâncias de governança para o reforço de medidas de incentivo a diferentes setores da economia que valorizam a floresta em pé. Como:

i) criação de mecanismos de desoneração e subsídio aos produtos da bioeconomia; ii) auxílio a municípios na execução de normas relacionadas à compra de produtos da agroecologia; iii) criação de estruturas de beneficiamento dos produtos da agroecologia; iv) aprovação da Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e de Produtos da Sociobiodiversidade e da Política Estadual do Manejo Florestal Comunitário.

Em seu plano de Governo 2023/2026, há oito propostas estruturantes para a área do meio ambiente. Destas, a proposta da Política Estadual do MFCF tem interface direta com, pelo menos, cinco itens do plano, com especial atenção às pautas de institucionalidade, no âmbito do Plano Estadual Amazônia Agora; mudanças climáticas; combate ao desmatamento; fortalecimento da governança na ocupação da terra; e na utilização socioeconômica de florestas públicas e unidades de conservação e uso sustentável.

Desta forma, o Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar **reforça as recomendações entregues à sua campanha em 2018**, cujas pautas não foram absorvidas, apesar da construção a partir da ampla participação social.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

O OMFCF vem a público solicitar o comprometimento do candidato à reeleição para efetiva continuidade da agenda no tocante à:

1. Consolidar e implementar a Política do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) no Estado Pará, enquanto prática de manejo florestal sustentável realizada por povos e comunidades tradicionais e por agricultores familiares;
2. Garantia de respeito aos direitos dos povos e comunidade tradicionais, previstos na Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho — OIT;
3. Reconhecimento, proteção, respeito e fortalecimento da diversidade de sistemas, práticas, saberes e conhecimentos tradicionais de MFCF de cada povo, comunidade tradicional e família de agricultores, relacionados às práticas de agricultura, de gestão e conservação de suas florestas, tendo em vista a manutenção do equilíbrio ecológico e do bioma Amazônia;
4. Protagonismo e autonomia sociocultural econômica dos povos e comunidades tradicionais e de famílias agricultoras para execução das atividades de MFCF, assegurando suas participações na governança da PEMFCF, respeitadas suas instâncias de representação e as perspectivas de gênero e geracional;
5. Promoção de educação profissional inicial e continuada com conteúdos curriculares adequados e adaptados às realidades vividas pelas comunidades e famílias que praticam o MFCF;



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

6. Promoção de capacitação técnica florestal para agentes públicos que atuam com a agenda ambiental em especial voltados à assistência técnica e extensão rural;
7. Promoção de ciência e tecnologia direcionadas e adaptadas à melhoria das condições dos processos técnicos e tecnológicos de MFCF, sua difusão e apropriação pelos beneficiários da política, tendo em vista as suas soberanias e seguranças nutricional e alimentar, assim como a geração de renda e melhoria de suas qualidades de vida;
8. Promoção de assistência técnica e extensão florestal, adaptadas às realidades dos povos, comunidades tradicionais que realizam o MFCF;
9. Garantia de regularização fundiária e ambiental, e execução efetiva das políticas públicas de reconhecimento da posse e uso nas áreas das florestas públicas comunitárias;
10. Promoção de ações integradas entre os diferentes órgãos governamentais (federal, estadual e municipal) a fim de fortalecer as atividades de MFCF no Estado;
11. Melhoria da qualidade de vida, soberania, segurança alimentar/nutricional, geração de renda e desenvolvimento local dos povos, comunidades tradicionais e famílias manejadoras, visando à sustentabilidade do uso múltiplo dos recursos, práticas agrícolas, bens e serviços florestais nas áreas das florestas públicas comunitárias, levando em consideração as particularidades socioambientais locais;



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

12. Valorização e fortalecimento das cadeias de valor dos produtos, bens e serviços da sociobiodiversidade florestal e da agroecologia e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de espécies e variedades locais, tradicionais ou crioulas;
13. Reconhecimento, respeito e valorização dos instrumentos de gestão comunitária, tais como protocolos comunitários, planos de gestão, planos de uso e plano de manejo, elaborados pelos povos, comunidades tradicionais e famílias manejadoras;
14. Ampla difusão de informação aos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares sobre os seus direitos territoriais, ambientais e culturais, tendo em vista a melhoria da gestão comunitária dos recursos, bens e serviços florestais;
15. Garantia de elaboração e execução de mecanismos institucionais no âmbito de órgãos de governo do Estado, para atendimento respeitando as especificidades dos grupos sociais, para repartição justa e equitativa de benefícios socioeconômicos às comunidades e famílias manejadoras advindo das atividades de MFCF.



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

Esta Carta é assinada pelas instituições que compõem
coordenação executiva do OMFCF:

1. **ASMOGA** – Associação dos Moradores da Gleba Estadual Acutipereira
2. **Federação da Flona do Tapajós;**
3. **REMHAR** - Rede de Mulheres e Homens Ribeirinhos do Marajó
4. **COOMNSPRA** - Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum
5. **STTR SANTARÉM** - Sindicato de Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém
6. **IEB** - Instituto Internacional de Educação do Brasil
7. **IFT** - Instituto Floresta Tropical
8. **Imaflora** - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA)
9. **CI-Brasil** – Conservação Internacional
10. **IFPA Castanhal** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
11. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (**Embrapa**) **Amazônia Oriental**



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

O OMFCF é composto por 51 representações institucionais, entre ONGs, sindicatos, associações, cooperativas de base comunitária e instituições de ensino e pesquisa:

1. **ATAA** – Assoc. dos Trab. Agroextrativistas do Rio Acutipereira
2. **APROMOVA** – Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Morada Nova
3. **ACOGLEC** – Associação Comunitária da Gleba do Curumucuri
4. **ASMOGA** – Associação dos Moradores da Gleba Estadual Acutipereira
5. **ACDESRA** - Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum
6. **ASMORETEGP** - Associação da Reserva Extrativista Terra Grande Pracuuba
7. **COOMFLONA** - Cooperativa Mista da Flona Tapajós
8. **COOMNSPRA** - Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum
9. **Federação da Flona Tapajós**
10. **TAPAJOARA** - Org. das Associações da Reserva Tapajós Arapiuns
11. **ASMIP/RICA** – Rede Intercomunitária Almeirim em Ação
12. **REMHAR** - Rede de Mulheres e Homens Ribeirinhos do Marajó
13. **CDS / COOMAR** - Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz
14. **Rede Bragantina de Economia Solidária Artes e Sabores**
15. **ARQMO** - Associação das Comunidades Remanescente de Quilombo do Município de Oriximiná



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

16. FEAGLE - Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande

17. COOPAFLORA - Cooperativa Mista dos Povos e Comunidades Tradicionais da Calha Norte

18. AMOREAB - Associação da ResexArioca-Pruanã

19. Associação das Mulheres Indígenas do Gurupi

20. Associação Arte Miriti de Abaetetuba

21. Associação Bujaruense dos Agricultores

22. COAMA - Cooperativa dos Produtores Agroextrativista dos Rios Mapuá e Arioca

23. CAEPIM - Cooperativa Agrícola dos Emp. População de Igarapé-Mirim

24. ACOSPER - Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativista do Oeste do Pará

25. Associação Quilombola São José

26. AMTR - Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Santarém

27. Fundo Solidário Açai Tartaruga

28. Cooperativa Mista dos Povos Tradicionais

29. Cooperativa Mista dos Povos e Comunidades Calha Norte

30. STTR SANTARÉM - Sindicato de Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém

31. STTR PORTEL - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Portel

32. COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

33. FETAGRI - Federação de Trabalhadores de Agricultores do Estado do Pará

34. MALUNGO - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

35. Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

36. IFT - Instituto Floresta Tropical

37. IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil

38. IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

39. FASE

40. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Amazônia Oriental; e Embrapa Amapá

41. IFPA-Castanhal - Instituto Federal do Pará

42. INIAMA - Instituto Iniciativa Amazônica

43. CI - Conservação Internacional

44. FSC - Conselho de Manejo Florestal / Forest Stewardship Council

45. IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

46. Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

47. Instituto BVRio

48. Ufra - Universidade Federal Rural da Amazônia

49. Uepa - Universidade do Estado do Pará

50. SAPOPEMA - Sociedade Para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente

51. Instituto Beraca de Valorização da Sociobiodiversidade



OBSERVATÓRIO
MFCF
MANEJO FLORESTAL
COMUNITÁRIO E FAMILIAR

Documentos de referência utilizados na elaboração da Carta:

Boletim Governança Florestal I (2014)

https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/01/Boletim_Governanca_Florestal_-_Edio_I.pdf

Debatendo o Plano Amazônia Agora na visão da sociedade civil e academia (2021)

<https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2021/05/DPAamazoniaAgora.pdf>

Análise da inibição do desmatamento pelas áreas protegidas na parte sudoeste do Arco de desmatamento

<http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.13.14.42/doc/6377-6384.pdf>

Plano de Governo 2023/2026 – Helder Barbalho

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/PA/546/candidatos/904070/5_1660223449260.pdf